

Praia do Farol, Cotijuba (PA), percepções e uso pelo turismo

Farol Beach, Cotijuba (PA), perceptions and use by tourism

Playa Farol, Cotijuba (PA), percepciones y usos por parte del turismo

Grasiela Silva Amorim¹

Vanessa Selles Guayanaz Almeida²

Fabrcio Lemos de Siqueira Mendes³

Helena Doris de Almeida Barbosa⁴

Juliana Azevedo Hamoy⁵

Resumo: Os ambientes naturais, mais especificamente os litorâneos sofrem impactos positivos e deletérios devido a grande demanda de turistas por ambientes praianos. Este artigo analisa, através da percepção ambiental e turística dos moradores da Ilha de Cotijuba (PA), de que maneira a atividade turística está sendo praticada na Praia do Farol. E, quais os impactos negativos e positivos que estão sendo originados pela prática do turismo. O estudo foi realizado a partir da aplicação de questionários de caráter semiaberto e registro fotográfico. A pesquisa foi realizada na Ilha de Cotijuba, distrito de Belem (PA). Os resultados evidenciaram que há impactos negativos na praia do Farol, devido a presença de turistas e novos empreendimentos turísticos, podendo destacar a poluição e a modificação da área natural, para criação de novas pousadas e restaurantes. Porém a atividade turística na localidade possibilita a geração de trabalho e renda para a população local, contribuindo positivamente para a mesma. Os dados evidenciam que há necessidade de um planejamento estrutural que priorize desenvolver da melhor maneira o turismo na Ilha, coadunado com a preservação do meio natural, qualificação e otimização dos serviços oferecidos e assim possibilitar o desenvolvimento local e melhoria na qualidade de vida da população.

Palavras-Chave: Percepção Ambiental; Turismo; Praia.

Abstract: The natural environments, more specifically the coastal ones suffer positive and deleterious impacts due to the great demand of tourists for beach environments. This article analyzes, through the environmental and touristic perception of the inhabitants of Ilha de Cotijuba (PA), how the tourist activity is being practiced in Praia do Farol. And, what are the negative and positive impacts that are being caused by the practice of tourism. The study was carried out using semi-open questionnaires and photographic records. The research was carried out in Cotijuba Island, Belem district (PA). The results showed that there are negative impacts on Farol beach, due to the presence of tourists and new tourist developments, which may highlight pollution and the modification of the natural area, to create new inns and restaurants. However, the tourist activity in the locality allows the generation of work and income for the local population, contributing positively to it. The data show that there is a need for structural planning that prioritizes developing tourism in the island in the best way, in keeping with the preservation of the natural environment, qualification and optimization of the services offered and thus enabling local development and improving the quality of life of the population.

Key words: Environmental Perception; Tourism; Beach.

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: graziiamorim7@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: vanessaguayanaz@live.com.

³ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: fabriciolsm@ufpa.br.

⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). E-mail: hdoris65@gmail.com.

⁵ Universidade Federal do Pará (UFPA).. E-mail: julianahamoy@gmail.com.

Resumen: Los ambientes naturales, más específicamente los costeros sufren impactos positivos y deletéreos debido a la gran demanda de turistas por ambientes de playa. Este artículo analiza, a través de la percepción ambiental y turística de los habitantes de Ilha de Cotijuba (PA), cómo se practica la actividad turística en Praia do Farol. Y cuáles son los impactos negativos y positivos que está provocando la práctica del turismo. El estudio se realizó mediante cuestionarios semiabiertos y registros fotográficos. La investigación se llevó a cabo en la isla de Cotijuba, distrito de Belem (PA). Los resultados mostraron que existen impactos negativos en la playa de Farol, debido a la presencia de turistas y nuevos desarrollos turísticos, que pueden resaltar la contaminación y la modificación del espacio natural, para crear nuevas posadas y restaurantes. Sin embargo, la actividad turística en la localidad permite la generación de trabajo e ingresos para la población local, contribuyendo positivamente a ello. Los datos muestran que existe una necesidad de planificación estructural que priorice el desarrollo del turismo en la isla de la mejor manera, en consonancia con la preservación del medio natural, la calificación y optimización de los servicios ofrecidos y posibilitando así el desarrollo local y la mejora de la calidad de vida de la población.

Palabras clave: Percepción ambiental; Turismo; Playa.

1 Introdução

O meio natural sempre foi a base da sobrevivência humana, pois dele todas as espécies retiram o que é necessário para sua subsistência. E, conforme aponta Sanchez (2013), a natureza é responsável também no processo de desenvolvimento socioeconômico, através dos recursos obtidos na mesma, da relação indivíduo *versus* ambiente natural. Entretanto, o autor ressalta a importância da preservação da natureza e de tudo o que ela oferece, para que assim possa-se continuar usufruindo da mesma, garantindo a continuidade de todas as espécies.

Nos últimos anos o ambiente natural vem sofrendo danos consideráveis. É o que aponta Nagagata (2005) ao afirmar que isso se dá principalmente pelo uso excessivo dos recursos extraídos da natureza. Isso reflete negativamente na natureza e em todos os elementos que a compõem, colocando em risco de extinção as mais variadas espécies da fauna e da flora, assim como os fatores bióticos. Neste contexto o Homem também está inserido.

Toda e qualquer alteração que venha a comprometer direta ou indiretamente características do ambiente natural e das espécies existentes nele, enquadra-se como Impacto Ambiental (IA). É o que declara o Conselho Nacional do Meio Ambiente:

Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986, p. 636).

Desse modo, Reigota (2017) aborda a importância de avaliar a interação do ser humano com o ecossistema, para assegurar usufruto do ambiente em que se vive, com o intuito de pelo menos diminuir os impactos negativos imputados ao meio natural. Isso significa que para haver uma convivência

harmônica entre o indivíduo e a natureza, há a necessidade de se estabelecer uma relação pedagógica e política que faz parte do processo da educação. Dessa forma, há a necessidade de correlacionar o pensar consciente com a ação individual e coletiva, observando que é de suma importância a reflexão perante a necessidade de se obter soluções.

É imprescindível uma boa convivência entre todos que integram e utilizam o ambiente natural. Cada um tem sua função e contribuição para a integridade do ecossistema, ajudando na conservação e preservação desses recursos naturais. Neste processo tem-se a Educação Ambiental (EA) que pelo Artigo 1º da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (BRASIL,1999) pode colaborar com tais objetivos a partir do momento em que agrega valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para que a convivência harmônica com o meio seja colocada em prática.

A EA possibilita uma nova relação entre o ser humano e a natureza. E de acordo com Palma (2005), isso significa que antes o indivíduo usufruía de recursos extraídos da natureza imensuravelmente, e a partir da tomada de consciência impulsionada pela EA, pode ser fomentada uma nova percepção sobre o ambiente no qual ele está inserido. Com isso compreenderia a importância de se relacionar com cautela com a natureza. Desta forma haveria a viabilização para que outras pessoas pudessem exercer o seu direito de ter acesso aos recursos naturais e seus serviços.

A cada momento parte da sociedade vem percebendo o quão nefasta vem sendo a ação do homem sobre o ambiente natural. Ressalta-se então a importância pela busca pelos serviços ambientais, que no dizer de Campanha et al (2019, p.2) são também conhecidos como serviços ecossistêmicos, consistem em “bens e serviços oferecidos pelos ecossistemas ao homem”. Tais serviços englobam desde a manutenção da qualidade e da quantidade de água; a capacidade dos ecossistemas de fornecer madeira, fibras e alimentos; a manutenção da estrutura, fertilidade e vida no solo; a mitigação da erosão e de inundações; a polinização; a beleza cênica da paisagem; espaços para atividades de pesquisa, recreação e para o turismo, no entanto, o senso comum nem sempre tem a percepção dos mesmos e de sua importância para a vida planetária.

No contexto do modo como o indivíduo se relaciona com a natureza, Palma (2005) conceitua o que é percepção. O autor afirma que consiste na maneira como o indivíduo passa a perceber o meio no qual vive, isto é, desenvolve um interesse pelo ambiente no qual está inserido. Isso é fundamentado em questões de cunho social e pessoal, o que permite inferir que pode haver diversas percepções sobre uma determinada espécie ou lugar.

Como afirmado anteriormente, a percepção é algo único para cada indivíduo. Cada um pode ter uma visão diferenciada sobre o mesmo local. Entretanto, vale ressaltar que quando se trata de uma visão generalizada sobre determinado assunto, torna-se relevante as ideias gerais apontadas. Pois conforme

Carvalho (2010, p.471) “apesar de a percepção ser individual, ao se analisar esta impressão de uma população, de modo geral, pode ser considerado o entendimento comum, ou seja, a vontade da maioria”.

Nota-se que a percepção possibilita ao indivíduo compreender e ter uma ideia sobre a real situação a qual um determinado espaço está sujeito, e ter consciência dos danos e possíveis melhorias que este venha a obter. Aplicando esta análise para a atividade turística, entende-se a importância de compreender que o turismo ao ser estabelecido e desenvolvido em uma localidade, pode gerar mutuamente impactos positivos e negativos. Associado ao que Camapanha *et al* (2019, p. 3) ressaltam a questão dos serviços culturais do ambiente enquanto “os benefícios imateriais que as pessoas obtêm dos ecossistemas como a oportunidade da beleza cênica, os espaços para as atividades de recreação, esportes e turismo, e outros relacionados a aspectos religiosos, culturais e científicos”, podem ser alterados se forem conduzidos de maneira inadequada e sem planejamento.

Logo, conclui-se através do posicionamento de Carvalho (2010) que é importante que todos estejam cientes sobre os possíveis impactos que a atividade turística possa causar em um determinado local, podendo provocar efeitos deletérios. Para que o turismo seja desenvolvido com êxito e possa atender as necessidades de todos (turistas e comunidade local) é importante elaborar estratégias que impulsionem a atividade. E a questão da percepção do turismo por parte dos moradores e visitantes do local é de extrema importância para o este desenvolvimento.

Logo, pode-se enfatizar a importância da perspectiva da comunidade local de determinado espaço, assim como, qual o seu entendimento acerca da atividade turística na comunidade onde vivem. É o que afirma Carvalho (2010, p.472) “a percepção dos moradores sobre o turismo é necessária para compreender como eles veem a atividade, e como estão inseridos na mesma”. Muitas vezes são construídas percepções errôneas e/ou estereotipadas de determinadas atividades e locais, bem como de seus atrativos.

A base do desenvolvimento da atividade turística em um determinado local é chamado “atrativo turístico”⁶. Existem diversos atrativos naturais que impulsionam o turismo, dentre eles, um dos mais procurados são as praias, e todo o conjunto que engloba o chamado “turismo de sol e praia”, que de acordo com o Ministério do Turismo (MTUR) consiste em um conjunto de “atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2010, p. 14). Para Campos (2018), a presença de praias representa uma forte potencialidade turística em uma determinada localidade, principalmente se o local apresentar um clima

⁶ “Os benefícios imateriais que as pessoas obtêm dos ecossistemas como a oportunidade da beleza cênica, os espaços para as atividades de recreação, esportes e turismo, e outros relacionados a aspectos religiosos, culturais e científicos” (FALCÃO, 2016, p. 74).

quente. Isso faz com que todo esse conjunto propicie uma maior possibilidade de se estabelecer o turismo de sol e praia em um determinado lugar.

Afirma-se portanto, que as praias de modo geral são consideradas um dos atrativos turísticos que podem vir a proporcionar retornos significativos para o desenvolvimento da atividade turística. Podendo ser usufruídas por toda a população, visto que é um direito de todos. Logo, a sociedade de modo geral, deve zelar pela integridade das mesmas. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p.11) aponta que “as praias marítimas, fluviais e lacustres são bens de valor coletivo e representam uma das bases para o investimento no turismo. Sua conservação deve ser objeto de atenção do setor público, privado e do terceiro setor”.

Todo e qualquer atrativo turístico necessita primordialmente que haja um planejamento para o seu uso de acordo com as necessidades e potencialidades do local. No ambiente de praia, conforme mencionado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006) é necessário haver um equilíbrio econômico, ecológico e sociocultural. Para isso, as ações de planejamento e gestão precisam ser colocadas em fielmente em prática, o que minimizaria ações conflitantes.

Pelo exposto acima, o objetivo deste trabalho é analisar através da percepção ambiental e turística dos moradores da Ilha de Cotijuba (PA), de que maneira a atividade turística está sendo executada; e, quais os impactos que estão sendo gerados. Com isso o entendimento de um turismo mais sustentável no local estudado pode, a partir deste estudo, identificar os IA que estão sendo ocasionados pelo uso em excesso da praia.

2 Material e método

2.1 Área De Estudo

O Estado do Pará possui uma área geográfica de 1.247.955,238 km², se constituindo no segundo maior estado do país em extensão e está localizado na região Amazônica. É dividido em 144 municípios, tendo uma população estimada em 8.272,724 habitantes (BRASIL, 2017). A capital do estado Belém, é uma metrópole com uma população estimada em aproximadamente 1.400.000 habitantes, ocupando uma área de 1.059,458 km² (BRASIL, 2017). Foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, e inicialmente chamada de Feliz Lusitânia, depois, de Santa Maria do Grão Pará, Santa Maria de Belém do Grão-Pará e, finalmente, Belém (BRASIL, 2013).

A navegação fluvial foi um determinante para o desenvolvimento da cidade e de sua economia. Os portos e trapiches possuem uma importância fundamental, pois são imprescindíveis para o desenvolvimento da cidade no quesito econômico, mas também na sua relação de integração sociocultural interna, bom como com as demais regiões. A cidade é cercada por inúmeras ilhas e como afirmam Castro e Santos (2006, p. 14), “a navegação fluvial sempre foi o principal meio de transporte na Amazônia, e foi através dos rios que se processou a sua ocupação humana, desde os tempos imemoráveis”. Sendo assim, os portos e trapiches foram relevantes para a dinâmica regional e para uma melhor relação entre as cidades e as ilhas pertencentes ao município.

Belém tem na sua composição geográfica formada por uma parte continental, na qual está inserida e outra insular. A parte insular corresponde a 43 ilhas, que ocupam cerca de 2/3 da superfície do município (BELÉM, 2012).

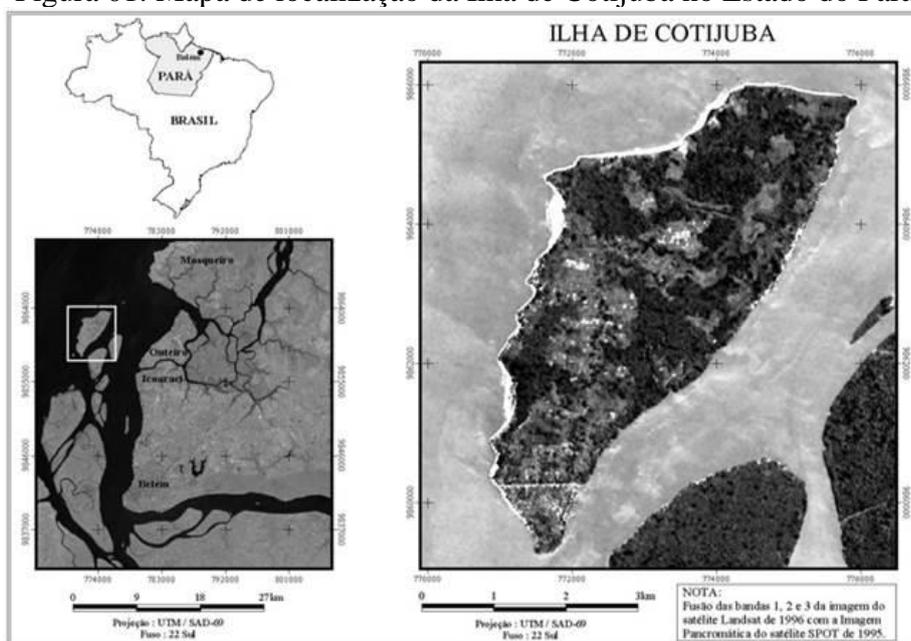
Durante décadas, sua região insular recebera o tratamento de periferia, destinada ao acolhimento de categorias da população consideradas marginalizadas e inadequadas para o convívio social. Em outros momentos, as ilhas desempenhavam o papel de localização estratégica para grupos revolucionários, servindo, ainda, de apoio para ações militares (RODRIGUES; CARDOSO, 2018, p. 5).

Hoje, algumas delas ainda permanecem não habitadas, outras são parcialmente urbanizadas; e vem se consolidando como destino turístico, tais como: Mosqueiro, Caratateua, Combu e Cotijuba (Figura 01). Em um contexto no qual a insularidade está presente no cotidiano local, Cotijuba destaca-se, segundo Cruz (1996) pois “faz parte do arquipélago situado na baía de Marajó, fazendo parte da grande Belém, distando desta 33 km. Possui uma área de aproximadamente 107 km²”.

Cotijuba pertence ao município de Belém desde 1988 quando a Constituição Brasileira transferiu seu domínio ao Município (BELÉM, 2012). Os órgãos oficiais apontam que Cotijuba “é uma ilha localizada geograficamente, entre a ilha do Marajó e as ilhas de Jutuba e Paquetá; a margem direita do estuário do rio Pará, entre as baías do Marajó e do Guajará” (BELÉM, 1997).

Em 1990, Cotijuba foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA)⁷. De acordo com a lei municipal, tem como objetivo a obrigação da preservação do seu ecossistema e a proibição da circulação de veículos motorizados. Só podendo ser utilizados em casos específicos como questões de segurança e saúde (AMARAL *et al.*,2016). No entanto é comum ver transitando na ilha, além do tremzinho (Figura 02) que transporta os moradores locais, motos que transportam as pessoas mediante o pagamento; são os chamados moto taxis.

Figura 01: Mapa de localização da Ilha de Cotijuba no Estado do Pará.



Fonte: SEGEP (2009)

⁷ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) “As Áreas de Proteção Ambiental-APA'S são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.” (BRASIL, 2000).

Figura 02: Bondinho que realiza o trajeto dos veranistas na ilha de Cotijuba (PA).



Fonte: Silva (2016).

Cotijuba abrigou duas instituições relevantes para a história do local, as quais não estão mais em funcionamento. Uma delas foi o Educandário Nogueira de Farias, um reformatório isolado que foi inaugurado no início da década de 1930, pelo coronel Magalhaes Barata. Era considerada uma instituição educativa, que funcionava em regime de internato e se propunha ao acolhimento e tratamento de menores de 12 a 21 anos, considerados como abandonados ou delinquentes, ou seja, era uma prisão para jovens, sendo muito temida por esse público (QUARESMA, 2017).

O outro, fazendo parte da importante história do início do sistema penitenciário do estado do Pará, por iniciativa do intendente Alexandre Zacarias de Asunção, foi criado por aproximadamente duas décadas, o presídio para infratores altamente perigosos. Com a desativação do mesmo, foi abandonado, e alguns expresidiários e funcionários permaneceram na ilha fixando residências e constituindo famílias. As ruínas do presídio significam um importante monumento histórico de Cotijuba (CRUZ, 1996).

A ilha tem várias características que a tornam um grande potencial turístico, como as praias de rios com ondas. O percurso dura em média 45 minutos de barco e os meios de transportes locais são (bondes, bicicletas ou charretes com tração animal). É uma ilha próxima a Belém com 15 km de praias de água doce e sua história é rica, o que chama atenção dos turistas. Atualmente ocorre o aumento do comércio imobiliário na região, o que aponta o amplo crescimento da população e dessa forma maior produção de lixo (BRITO, 2014).

Dentre os atrativos turísticos presentes na ilha, destaca-se aquele que é o foco principal da pesquisa, a Praia do Farol (Figura 03). De acordo com Rezende Filho e Silva (2011, p.42) “é uma das praias mais famosas da Ilha, que fica distante do trapiche cerca de 7 km e é a que possui a maior estrutura para hospedagem de turistas, com um total de oito pousadas e diferentes tipos de bares e restaurantes”.

A praia em questão é apontada como uma das mais utilizadas pelos turistas devido a pouca distância do trapiche e por ter uma maior infraestrutura comparada as demais praias da Ilha, e conseqüentemente a que mais sofre com a massificação dos danos ambientais.

Figura 02: Praia do Farol, Cotijuba-PA.



Fonte: Grasiela Amorim (2018).

2.2 Coleta e análise de dados

Para obter as informações necessárias à elaboração deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais sobre a ilha de Cotijuba, seu histórico, suas características e a presença da atividade turística na região. Além disso, foi realizada um *survey* (FREITAS, *et al.*, 2000) na ilha para ver a dinâmica dos moradores e visitantes. Posteriormente, foi elaborado o questionário de formato semiaberto.

A pesquisa em questão é de caráter qualitativo e de acordo com Godoy (1995) se baseia em dados descritivos sobre determinado assunto, através do contato entre o pesquisador e o objeto de estudo, com o intuito de compreender os fatos através da análise dos participantes sobre a situação em avaliação. O questionário foi aplicado à 100 pessoas de maneira aleatória para moradores, maiores de idade, da localidade próximo a Praia do Farol. Tendo como principal abordagem a percepção ambiental e turística da localidade.

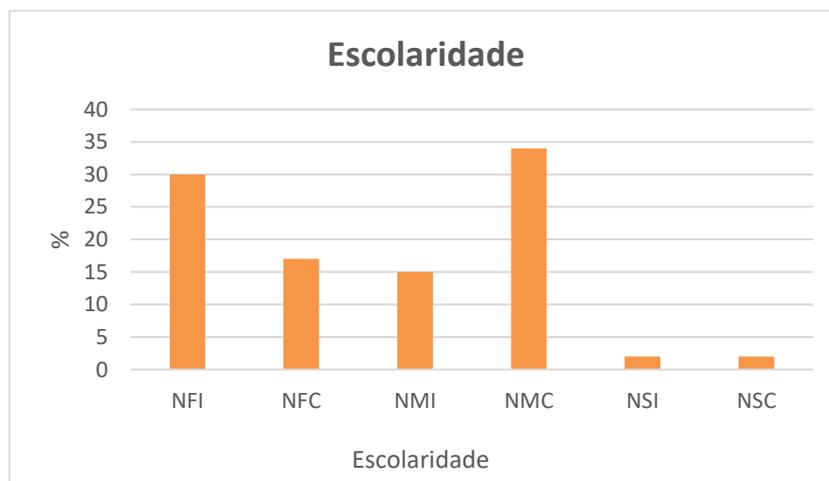
Os dados foram coletados no período de maio a junho de 2018. Em seguida, foi efetuada a tabulação dos dados com o auxílio da planilha do *Office Excel*. Posteriormente, os dados absolutos foram

transformados em dados relativos e em seguida elaborados os gráficos para melhor entendimento dos resultados

3 Resultados

No que se refere ao perfil dos entrevistados (Gráfico 01), os resultados mostram que 30% possui Nível Fundamental Incompleto (NFI); 17% tem Nível Fundamental Completo (NFC); 15% Nível Médio Incompleto (NMI); 34% Nível Médio Completo (NMC); 2% Nível Superior Incompleto (NSI) e 2% afirmou possuir o Nível Superior Completo (NSC). O tempo de residência na ilha, resultou em 16% dos entrevistados reside de 0 à 5 anos no local; 13% de 6 à 10 anos; 24% de 11 à 15 anos; 20% de 16 à 20 anos e 27% acima de 20 anos. Com isso, percebe-se que as pessoas entrevistadas apresentam baixo nível de escolaridade com mais de 20 anos de residência local.

Gráfico 01: Valores relativos referentes a escolaridade dos moradores entrevistados da praia do farol.



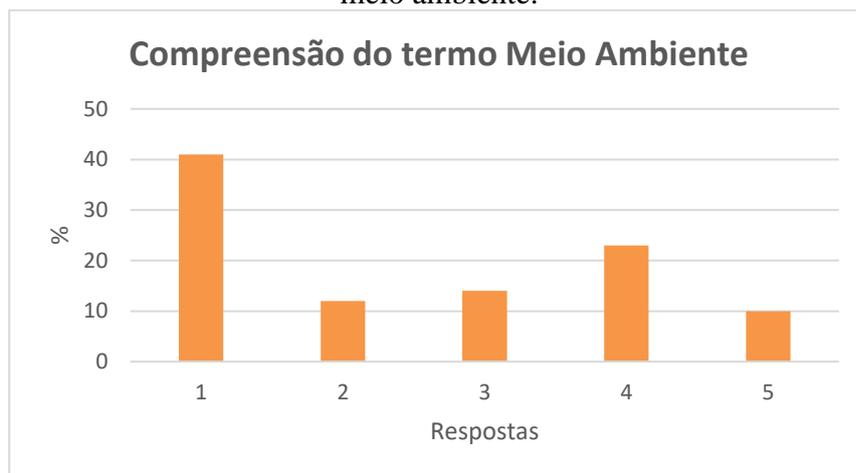
Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quanto ao questionamento sobre haver ou não interesse dos moradores sobre assuntos que envolvam as questões ambientais, 88% dos participantes da entrevista disseram que se interessam por assuntos relacionados ao ambiente natural. Enquanto que apenas 12% apontou não ter nenhum tipo de interesse sobre o assunto. Isso se deve por residirem em um ambiente natural.

Na pesquisa foi apurado que 41% dos entrevistados compreende que o termo meio ambiente significa a conservação da natureza (1); 12% entende por espaço vital o qual se vive (2); 14% considera que é o espaço vital onde se tem natureza (3); 23% afirma que é educar acerca do meio ambiente (4) e 10% não têm conhecimento sobre do que se trata o assunto (5) (Gráfico 02). Os resultados mostram que

mesmo não tendo um nível de escolaridade elevados, associam, de um modo geral, fazem uma relação do ambiente que estão inseridos com o ambiente natural.

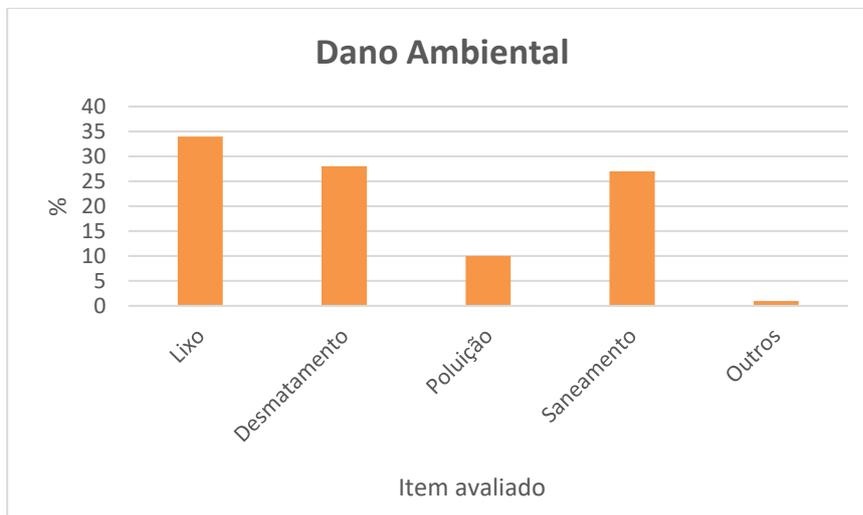
Gráfico 02: Valores relativos conforme a compreensão dos moradores em relação ao termo meio ambiente.



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quando perguntados sobre qual o problema ambiental que mais gerava incômodo, verificou-se que 34% dos moradores apontaram que o lixo é o dano que mais gera desconforto. Enquanto que 28% apontam a questão do desmatamento; 10% das pessoas afirmaram ser a poluição de modo geral; 27% acha que a falta de saneamento básico é o dano que mais afeta e apenas 1% indicou a especulação imobiliária como um dano ambiental que mais causa incômodo (Gráfico 03). Em decorrência do avanço do turismo na Ilha, o lixo é o fator que mais preocupa os moradores, no entanto são poucos os moradores e empresários locais que se preocupam com a coleta seletiva do lixo e seu reaproveitamento.

Gráfico 03: Valores relativo referentes aos danos ambientais na praia do farol.



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quanto o principal responsável pelos danos ambientais, a pesquisa mostrou que 28% dos entrevistados classificou o poder público como principal responsável por esses danos; 58% responsabilizam a sociedade como um todo; 4% apontam as indústrias como os principais responsáveis. Enquanto que 10% apontaram o comércio como grande responsável por tais ações negativas (Gráfico 04). Apontando a maior porcentagem para sociedade como causadora dos danos ambientais, corrobora com a questão acima, na qual foi apontado que são os visitantes que mais produzem lixo na Ilha. Levando-se em consideração a sazonalidade, o poder público também se mantém ausente neste período, vindo a ser conivente com a degradação local em função de sua ausência efetiva.

Gráfico 04: Valores relativos quanto os principais responsáveis pelos danos ambientais na praia do farol.

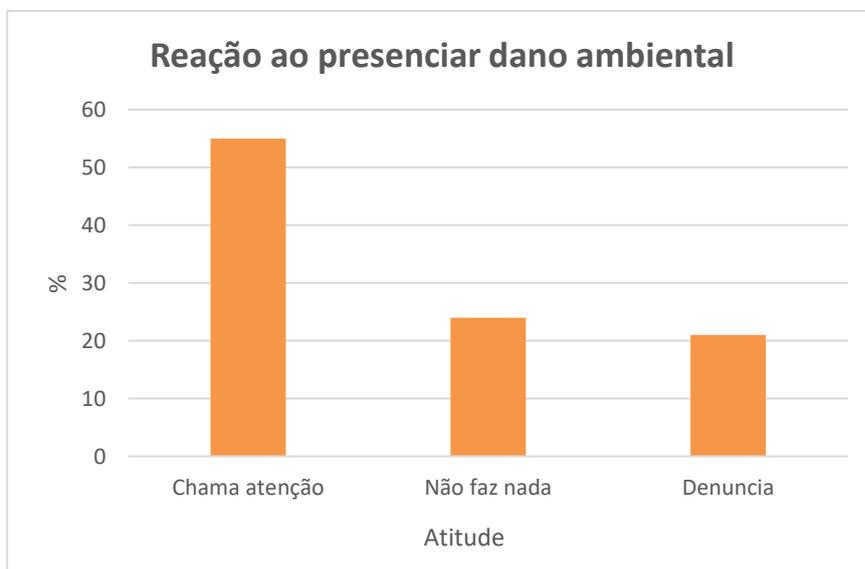


Fonte: pesquisa de campo (2018).

Quando questionados sobre suas ações perante alguém cometendo algum tipo de dano ao ambiente, 55% afirma que ao presenciar tais atitudes, chama a atenção do indivíduo que esteja praticando; 24% prefere não tomar nenhuma atitude perante esses tipos de ações e 21% diz que realiza uma denúncia (Gráfico 05). Isso demonstra que a maioria tem certa preocupação com os danos que vem ocorrendo no local.

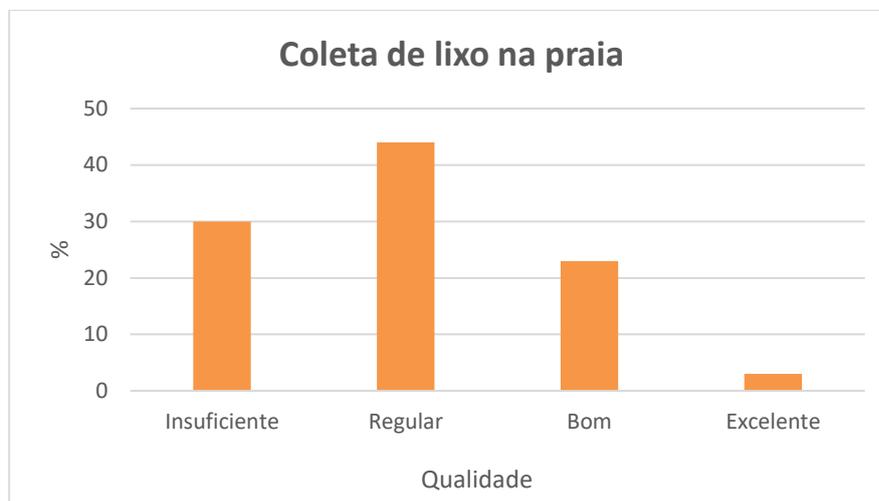
Ao serem questionados sobre a frequência com que jogavam o lixo na lixeira, a maioria (88%), afirmou que joga sempre o lixo na lixeira; 12% dos entrevistados responderam que às vezes coloca-o no local adequado e nenhum dos entrevistados afirmou que nunca joga o lixo na lixeira. Foi perguntado como os moradores percebiam a questão da coleta de lixo na praia do Farol. Desses, 30% classificou como insuficiente; 44% disse ser regular; 23% afirmou ser boa e apenas 3% classificou como excelente (Gráfico 06). Apesar da maioria jogar o lixo na lixeira, os mesmos afirmaram que a coleta é insuficiente.

Gráfico 05: Valores relativos quanto a atitude dos entrevistados quando vê alguém cometendo dano ambiental na praia do farol.



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Gráfico 06: Valores relativos referente a coleta de lixo na praia do farol.

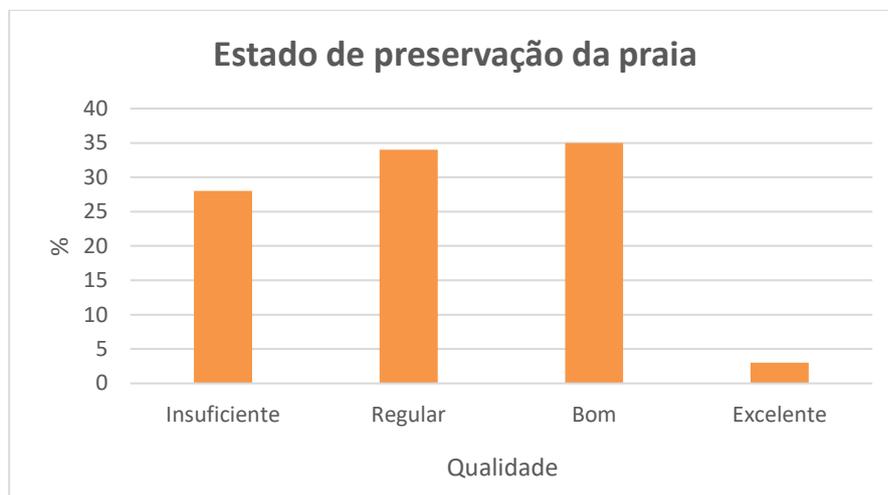


Fonte: pesquisa de campo (2018).

Ao perguntar se a Praia do Farol está sempre limpa ou não, 61% dos entrevistados afirmaram que sim, enquanto que 39% disseram que não. Sobre a relação dos visitantes com a praia, 17% dos moradores afirmaram que os visitantes mantêm a praia limpa. Entretanto a maioria (83%), disse que os visitantes não mantêm a praia limpa. Complementaram que em tempos de baixa temporada a praia fica limpa, mas aos finais de semana, feriados prolongados e férias, a praia fica suja. Complementar a isso foi perguntado quanto a percepção do grau de preservação da praia. A pesquisa apontou que 28% dos entrevistados diz ser insuficiente; 34% afirma ser regular, 35% informou ser bom e apenas 3% classificou como excelente (Gráfico 07). Deste modo, os moradores dizem tentar manter a praia limpa, mas com a chegada dos turistas a mesma fica suja.

Sobre o o turismo praticado na praia, 38% das pessoas classificou como insuficiente; 33% como regular; 27% disse que está bom e somente 2% disse ser excelente (Gráfico 08). Apesar da pouca escolaridade dos entrevistados, a maioria percebe um turismo que deixa a desejar, em decorrência da precariedade do setor e de iniciativas que venham a fazer da atividade um vetor de desenvolvimento local.

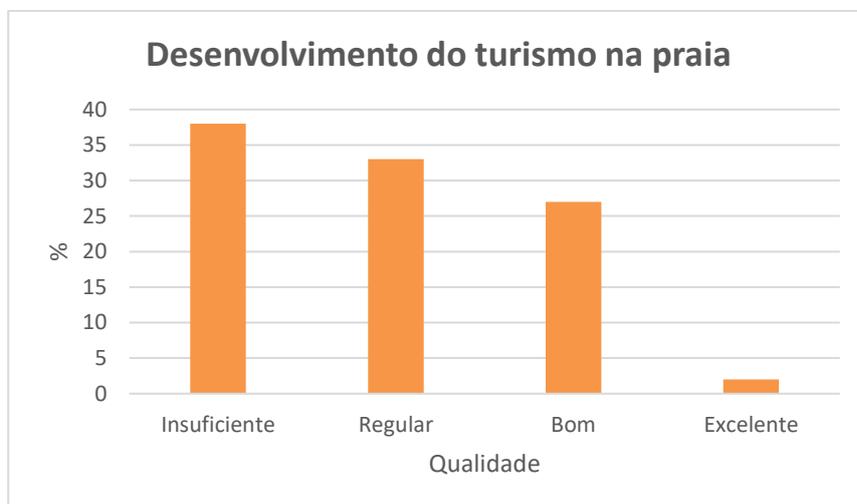
Gráfico 07: Valores relativos para o estado de preservação da praia do farol.



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Acerca da existência ou não de um planejamento voltado para o setor do turismo pelo poder público na localidade, 11% dos entrevistados acreditam que há um planejamento para o segmento, enquanto que a maioria, totalizando 89%, afirmam a inexistência do mesmo por parte do poder público. Referindo-se a questão dos impactos positivos causados pelo turismo na praia, 64% das pessoas disseram que o turismo causa impactos positivos para a localidade, enquanto que 36% disseram que o turismo não proporciona nenhuma melhoria significativa para a região. Quando mencionado se a atividade turística causava impactos negativos para a localidade, observou-se que 48% dos entrevistados afirmou que sim, e 52% disse que não. Pelo exposto os entrevistados esperam que o poder público invista mais no turismo local, pois este poderá trazer ser mais positivo para Ilha, principalmente na melhoria da economia local.

Gráfico 08: Valores relativos para o desenvolvimento do turismo na praia do farol.



Fonte: pesquisa de campo (2018).

4 Conclusão

A partir do que se apurou em campo, conclui-se que a maioria dos entrevistados possui baixa e média escolaridade, têm interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente, porém não tem entendimento sobre o tema, que os torna suscetíveis a causar danos ambientais na ilha. Além disso, percebeu-se o quanto a atividade turística pode ser rentável para a população, visto que a mesma a identifica como alternativa de geração de emprego e renda para os moradores, pois a atividade turística desencadeia também a dinamização de emprego direto e indireto. Se identificou a ausência de ações de EA que venham trabalhar a sensibilização ambiental e turísticas não só com os turistas mas principalmente com os moradores locais e empreários.

Entretanto, a pesquisa possibilita afirmar que são grandes os impactos ambientais causados pela prática da atividade turística, bem como pela comunidade local, uma vez que não há ações efetivas do poder público com relação a proteção e uso do ambiente natural local. Relacionando o turismo com a Praia do Farol, tal atividade causa desestruturação do espaço natural, maior volume de lixo produzido e sem recolhimento, além da poluição sonora. A partir dos dados levantados ressalta-se a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis. Isso pode vir a comprometer a médio e a longo prazo, o próprio atrativo turístico. Associado a isso os empreendimentos locais não possuem incineradores o que diminuiria o volume de dejetos.

Além disso, os moradores relataram uma outra problemática: o crescimento populacional desordenado na ilha nos últimos anos; seja a partir da migração espontânea, seja pela constituição de novos núcleos familiares. Associado a isto, relataram que houve aumento do desmatamento. Isso é em

decorrência da construção de casas de veraneio e empreendimentos turísticos; assim como o aumento da violência. Deste modo, há necessidade de se compreender os aspectos multisetoriais que envolvem a atividade turística e ações imputadas nesta compreensão. Para deve ser envolvido aspectos como infraestrutura turística, transporte, segurança e educação.

Quando se trata dos principais responsáveis pelos danos ambientais na Ilha, para a maioria dos entrevistados, o turismo é apontado como o responsável pelos impactos gerados ao ambiente natural. Isso demonstra a existência de uma consciência crítica dos entrevistados, apesar do baixo nível de escolaridade que levantado no local. No entanto as questões de saneamento e coleta de lixo são de responsabilidade do poder público que é quase sempre ausente na execução de seu papel.

Com relação à atitude de alguns entrevistados em presenciar alguém cometendo dano ambiental, mencionaram que temem sofrer represálias através de ameaças e violência. Alguns chegaram a afirmar que o mais correto seria realizar uma denúncia. Porém em função dos desdobramentos legais e falta de empenho dos órgãos competentes, muitos moradores só chamam a atenção dos autores de danos ao ambiente.

A ilha não possui sua própria unidade administrativa, sendo regida pelo distrito de Outeiro. Isso gera distanciamentos geográfico entre as demandas locais. É importante ressaltar que essa distância, afeta diretamente na coleta seletiva de lixo na Ilha. Com isso, é a própria população e comerciantes locais que realizam a coleta do lixo produzido no local. A queima do lixo coletado é a alternativa mais utilizada pelos mesmos, que infelizmente cometem crime ambiental (Lei 9605/1998). Deste modo, apesar da “boa” intenção, a falta de conhecimento teórico com relação a tema ambiental é evidente.

A classificação do desenvolvimento do turismo na região como insuficiente e regular, é afirmada por pessoas que exercem trabalhos interligados à atividade turística. Para essas pessoas a atividade obteve uma queda significativa nos últimos anos. Isso é decorrente de um conjunto de fatores, dentre eles a falta de conhecimento dos turistas sobre o local, aumento da violência, ausência de investimento na infraestrutura da localidade e planejamento do poder público para essa atividade.

Em um dos questionamentos abordados sobre a ação do turismo na localidade, nota-se uma problemática diante dos resultados obtidos. Todos os questionamentos anteriores reforçam a ideia de que o turismo de alguma maneira causa certos impactos negativos ao local, principalmente pela falta de planejamento do mesmo, no entanto, a maioria dos entrevistados evidenciou que a prática não gera dano algum à região, o que pode remeter a ideia de que alguns não compreenderam como um todo o aprofundamento da pergunta em questão, por fatores desconhecidos.

Sobre as mudanças nos últimos anos na área, de acordo com os moradores, foi citado o desenvolvimento na infraestrutura, com a pavimentação de uma das principais vias de acesso,

desenvolvimento na área da saúde com atendimento 24 horas. Na área da educação com a construção de novas escolas, mudança no meio de transporte com a retirada quase total das charretes e a inclusão de meios mais viáveis e o desenvolvimento comercial, com o surgimento de novos empreendimentos. Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de um planejamento apropriado integrado para atividade turística na localidade. Este planejamento deve ser coletivo e participativo com vistas a incluir o aprimoramento dos serviços oferecidos, conscientização e a ação da preservação ambiental, inserção da comunidade local, gerando assim uma melhoria na qualidade de vida da população e a prática de um turismo participativo

Referências

AMARAL, K. A. do. *et al.* O turismo e os impactos ambientais na Ilha de Cotijuba (Belém - PA). *CNPTIA*, Mato Grosso, Out. 2016. Disponível em: <<https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2016/cd/pdf/p141.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Paurus, 1995.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. *Anuário Estatístico do Município de Belém*. v. 17, 2012. Belém, 2012. Disponível em : http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1510. Acesso em: 15 dez. 2018.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, Companhia de Desenvolvimento Metropolitano e Secretaria de Urbanismo. *Plano Diretor de Urbanização da Ilha de Cotijuba*. Belém: s.e. 1997.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pará-Belém-infográficos: histórico*. 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_ES&codmun=150140&search>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc/pdf>>. Acesso em: 18 jun. de 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. *Sol e praia: orientações básicas*. – 2.ed – Brasília:Ministério do Turismo. 2010. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em 08 maio. 2020.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Belém*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pa/belem/panorama>>. Acesso em: 02 ago 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Projeto orla: fundamentos para gestão integrada* / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf. Acesso em: 19 mai. 2018.

BRASIL. Legislação brasileira: *Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19795.htm. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. *Resolução CONAMA Nº 001*, de 23 de janeiro de 1998 Publicado no D.O.U de 17/2/86. Artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRITO, D. M. Resíduos sólidos: um estudo de caso na ilha de Cotijuba-PA. In: *Geografia, gestão e educação ambiental*. Belém, 2014. Disponível em: [ttp://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/133/6/Livro_GeografiaGestaoSeguranca.pdf#page=117](http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/133/6/Livro_GeografiaGestaoSeguranca.pdf#page=117)>. Acesso em: 15 mai. 2018

CAMPANHA, M. M. *et al. Serviços ambientais e a agropecuária*. Minas Gerais: EMBRAPA, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197720/1/Servicos-ambientais.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CAMPOS, S. S. *Turismo de sol e praia*, 2018. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SrgnQjIEtsoJ:proedu.ifce.edu.br/bitstream/handle/123456789/606/Aula_06_Pdf_Plataforma.pdf. Acesso em: 20 mai.2018.

CARVALHO, M.S. S. A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia – PI, *RTA*, São Paulo, dez 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rta/article/view/14228/16046>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CASTRO, E.; SANTOS, M.A. Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, Edna (Org.) *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 13 – 21.

CRUZ, S. H. R. *Turismo na ilha de Cotijuba sob a percepção de seus residentes*. São Paulo, v. 7, n.1, p. 79-92, 1996.

FALCÃO, L. *Termos técnicos do meio turístico: conceitos, definições, siglas e tipologias*. São Borja: IFFar, 2016. Disponível em: <http://futurismologo.blogspot.com/>, Acesso em 15.mar 2020.

FREITAS, H, *et al.* O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, julho/setembro, 2000. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriquerausp.pdf. Acesso em 15 jan. 2020.

GODOY, S. A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *SCIELO*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

NAGAGATA, E. A importância da educação ambiental como ferramenta adicional a programas de conservação. In: ROCHA, C.F.D.; BERGALLO, H. G.; SLUYS, M.V.; ALVES, M.A.S. (Orgs.). *Biologia da conservação: essências*. São Carlos: Rima, 2006. p. 583-584.

PALMA, R. I. *Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental* 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais)- Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7708/000554402.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2018.

QUARESMA, S. N. da C. *Memorial da Ilha da Redenção: o Educandário Nogueira de Faria e a Ilha de Cotijuba*. 149 Número de folhas, 2017. Dissertação (Mestrado em em Educação da Universidade do Estado do Pará)- Universidade Federal do Estado do Pará, 2017.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. In: Books.google, editora e livraria brasiliense 1ª edição eBook, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptR&as_sdt=0%2C5&q=O+que+%C3%A9+educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+marcos+reigota&btnG=>. Acesso em: 12 mai. 2018.

REZENDE FILHO, C. de B. R; SILVA, T. S. N. *A percepção ambiental dos impactos causados pelo turismo, pelos moradores da praia do Farol, ilha de Cotijuba Belém/PA*. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2011.

RODRIGUES, A.F.A.C.; CARDOSO, S. M. O espaço e as políticas de turismo na região insular de Belém: entre a ordem próxima e a ordem distante. *Papers do Naea*, n. 380, jan. 2018. , Belém. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/458>. Acesso em 11 mai. 2020.

SANCHEZ, L. E. *Avaliação de impacto ambiental*. In: Books.google, conceitos e métodos, 2 ed. -- São Paulo: Oficina de Textos, 2013. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Avalia%C3%A7%C3%A3o+de+Impacto+ambiental+luis+enrique+&btnG=. Acesso em: 16 mai. 2018.

Artigo recebido em: 15/07/2020

Avaliado em: 28/11/2020

Aprovado em: 28/11/2020